



CLIPPING



14 de
SETEMBRO
2022

REPÓRTER

70

> RESÍDUOS PROPOSTAS

A pouco menos de um ano para o encerramento das atividades do aterro sanitário de Marituba, os representantes da Prefeitura de Belém fizeram, ontem, a apresentação dos “Estudos de viabilidade técnica, operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídica referente aos serviços de limpeza urbana e de gerenciamento de resíduos sólidos de Belém”. A apresentação foi feita durante audiência presidida pelo desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, relator do acordo que garantiu o funcionamento do aterro, que é administrado pela empresa Guamá, até o mês de agosto do ano que vem. Também estavam presentes representantes das Prefeituras de Marituba e Ananindeua e do Ministério Público do Pará.

DESTINO

O documento, com mais de mil páginas, prevê parceria com a iniciativa privada e a implantação de um aterro bioenergético, ou seja, que possibilita a geração de energia elétrica a partir do lixo orgânico. Também prevê encerramento e recuperação ambiental do antigo espaço do Aurá e integração de cooperativas pela implantação das ações do plano de coleta seletiva do município de Belém. O documento ainda passará por ajustes e servirá de base para a definição da licitação que vai escolher a nova empresa responsável pelo tratamento dos resíduos das maiores cidades da Região Metropolitana de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Prisão de Marcos de Souza Oliveira foi feita por equipes da Diretoria de Polícia Especializada

NAUFRÁGIO

Comandante de lancha é preso em Ananindeua

RMB - Foragido desde sexta-feira, Marcos de Souza Oliveira, responsável pela embarcação Dona Lourdes II, foi pego na casa do cunhado



Autoridades deram detalhes da prisão e da investigação sobre o naufrágio

**SAUL ANJOS
E FABYO CRUZ**
DA REDAÇÃO

A Polícia Civil (PC) do Pará prendeu, ontem à tarde, Marcos de Souza Oliveira, comandante da embarcação Dona Lourdes II, que naufragou na quinta-feira (8), próximo à ilha de Cotijuba, área insular de Belém. Vinte e duas pessoas morreram e 66 foram resgatadas com vida. O foragido foi preso no município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (RMB), na casa do cunhado. A prisão foi feita por equipes da Diretoria de Polícia Especializada (DPE).

O anúncio foi feito pelo governador do Pará, Helder Barbalho, por meio do Twitter. "Informo que Marcos de Souza Oliveira, de 34

os procedimentos de praxe, encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), onde está à disposição do Poder Judiciário.

"Nenhuma resistência foi oferecida. Não podíamos invadir a casa, apesar de estarmos monitorando. Capturamos quando ele estava saindo", explicou Walter Resende, após Marcos ser apresentado na Delegacia-Geral da Polícia Civil do Pará, em Belém. Com o número de mortos e resgatados com vida registrado até o momento, já se configurava a superlotação da lancha, que tinha capacidade para 82 pessoas. Nos primeiros questionamentos após a prisão, Marcos não soube dizer quantas pessoas estavam na embarcação.

Com a prisão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

cos de Souza Oliveira, de 34 anos, acaba de ser preso em Ananindeua, graças ao trabalho integrado das forças de segurança do Estado. Ele era o responsável pela embarcação 'D. Lourdes II', que naufragou na última quinta-feira (8), perto de Cotijuba. Quero me solidarizar com os familiares das vítimas desta triste tragédia", disse o chefe do Executivo estadual.

Marcos de Souza Oliveira era considerado foragido desde sexta-feira (9), informou o delegado-geral da Polícia Civil, Walter Resende, em entrevista coletiva realizada ontem. A informação ainda não havia sido repassada aos veículos de comunicação para não comprometer a prisão do comandante, disse o titular da PC. Marcos foi conduzido à unidade policial e, após

Com a prisão do foragido, a PC espera esclarecer as circunstâncias do acidente. Uma das principais incógnitas é como o condutor da embarcação fazia para driblar as fiscalizações. "A nossa expectativa

é saber se junto com ele outras pessoas estão em parceria para fazer esse transporte, a forma como ele todo esse tempo conseguiu driblar a vigilância da Marinha sem ser interceptado diariamente quando realizada essas viagens. E o que mais ele falar vai ser confrontado com tudo aquilo que já foi apurado", disse Walter Resende.

"Nenhuma resistência foi oferecida. Não podíamos invadir a casa, apesar de estarmos monitorando."

Mãe e irmã prestam esclarecimentos

A defesa de Marcos de Souza Oliveira havia dito que o comandante da Dona Lourdes II se apresentaria à polícia na manhã de ontem, mas quem compareceu foi a irmã, que é a dona da lancha, e a mãe, que é a dona da empresa de navegação. Malu e Meire chegaram à Delegacia-Geral da Polícia Civil, no bairro de Nazaré, às 11h15, acompanhadas dos advogados Dorivaldo Belém e Luis Felipe. Depois de uma hora, Dorivaldo apareceu para conversar com a imprensa. Ambas prestaram depoimento na delegacia.

"Nós combinamos de vir, mas ele não apareceu. Disse que estava se sentindo muito mal, que está traumatizado, que se sente ameaçado e que não tem condições psicológicas de prestar depoimento", disse Dorivaldo Belém. Questionado pelos repórteres, ele informou que Marcos "acha que todo mundo está contra ele". "Já surgiram comentários que atentam contra a vida dele", completou o advogado.

"A embarcação era da Malu (irmã de Marcos), alugou para a mãe (Meire) e não tinha licença para realizar o transporte Camará-Belém", disse Dorivaldo. No dia em que o acidente ocorreu, uma coletiva de imprensa foi realizada no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e lá foi dito que Meire Ferreira Oliveira era a dona da embarcação. Porém, ontem à tarde, a defesa de Marcos revelou quem é a verdadeira dona da embarcação. A defesa aproveitou para dar entrada no habeas corpus para Malu, Meire e Marcos. O pedido foi feito antes de Marcos ser preso.

INDENIZAÇÃO

"A empresa tem total responsabilidade pelos falecimentos e estamos ajuizando hoje (terça) ou no mais tardar amanhã (quarta) uma ação de proposta de indenização para os familiares dos falecidos", disse Dorivaldo Belém, advogado do comandante da em-

barcação, que irá propor o valor total de R\$ 220 mil para dividir entre todas as famílias vítimas do acidente.

Mais de 40 pessoas já foram ouvidas, incluindo a mãe e a irmã do comandante da embarcação, que compareceram, na manhã de ontem, à Delegacia-Geral da Polícia Civil, em Belém, onde prestaram esclarecimentos. Equipes dos órgãos de segurança pública do Pará seguem fazendo buscas na área do acidente.

A Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará (Arcon-PA) comunicou que já havia notificado a empresa responsável pela embarcação e informado a Capitania dos Portos sobre a irregularidade do transporte aquaviário. A embarcação não tinha autorização junto ao órgão estadual para fazer transporte intermunicipal de passageiros e realizou a viagem partindo de um porto clandestino na localidade de Camará, no Marajó.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Malu e Meire, familiares de Marcos de Souza Oliveira, se apresentaram à polícia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MEIO AMBIENTE

Audiência debate **soluções para aterro** sanitário de Marituba

PROPOSTAS - Prefeitura de Belém apresenta estudo de viabilidade técnica, prevendo parceria com a iniciativa privada e implantação de um aterro bioenergético



Audiência reúne desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, representantes dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, do Ministério Público do Estado do Pará e da empresa Guamã Tratamento de Resíduos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Uma audiência judicial debateu ontem possíveis soluções para o aterro sanitário de Marituba, que atualmente recebe resíduos de Belém, Ananindeua e Marituba. Na oportunidade, a Prefeitura de Belém apresentou estudo de viabilidade técnica, prevendo parceria com a iniciativa privada e a implantação de um aterro bioenergético com a possibilidade de geração de energia elétrica. A audiência ocorreu na sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), com a presença do desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, da 2ª Turma de Direito Público do TJPA, além de representantes dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, bem como do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e da empresa Guamá Tratamento de Resíduos.

O estudo apresentado pela Prefeitura de Belém traz propostas na área operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídica referentes aos serviços de limpeza urbana e de gerenciamento de resíduos sólidos da capital. A pesquisa, que levou em conta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas na Agenda 2030, prevê também Central de Tratamento de Resíduos; Modernização da Coleta e dos Sistema de Tratamento, além de a criação de Ecopontos e da implantação de programa de Educação Ambiental.

A proposta encomendada pela Prefeitura de Belém — que ainda deverá receber ajustes advindos de sugestões debatidas em outra audiência realizada no final de agosto — foi apresentada por um consórcio de empresas lideradas pela Promulti, por meio do engenheiro Artur Oliveira.

Segundo o TJ, também está incluído no estudo o encerramento e recuperação ambiental do antigo espaço do Aurá e integração de cooperativas pela implantação das ações do Plano de Coleta Seletiva do Município de Belém. De acordo com o engenheiro, a proposta prevê abertura de edital de licitação, que, segundo informou, está nos seus ajustes finais e deverá ser lançado ainda este

ano. Além disso, os representantes das demais prefeituras e do MPPA tiveram a oportunidade de manifestar durante a audiência, informou o tribunal.

PROPOSTA

Segundo o Ministério Público do Estado do Pará, o estudo não "definiu o projeto de um novo aterro, e muito menos um novo local". "A proposta foi apresentada por consórcio de empresas lideradas pela Promulti, que inclusive nesta apresentação chegou a cogitar da reutilização da área do Aurá, em Belém, como alternativa para o depósito dos resíduos da região metropolitana", diz o texto divulgado pelo MP.

Segundo o órgão, a proposta traz um cronograma que prevê a instalação do novo aterro somente em três anos, "fato que resultaria no descumprimento do acordo vigente, que determinou

Segundo o MPPA, o estudo não "definiu o projeto de um novo aterro, e muito menos um novo local"

o dia 31 de agosto de 2023 para encerramento das atividades do aterro de Marituba". Outro ponto de preocupação do MP é a ausência de apresentação de propostas e soluções por parte dos municípios de Marituba e Ananindeua.

O procurador de Justiça Waldir Macieira, que representa o MPPA no segundo grau no referido processo, se opôs a nova prorrogação e alertou que mais uma vez os municípios parecem criar uma situação de pressão sobre o Judiciário para o não cumprimento do acordo. Já a promotora de Marituba, Eliane Moreira, lembrou recente parecer técnico emitido pelo Instituto Bvandro Chagas, que indentificou um ponto com possível contaminação com produtos tóxicos, como benzeno, mercúrio e arsênico, próximo da área do entorno do Aterro Sanitário de Marituba.

O desembargador Luiz Gon-

zaga da Costa Neto, relator de processos acerca da matéria e que vem conduzindo audiências de conciliação entre as partes há mais de três anos, acompanhou a apresentação da proposta pela Prefeitura de Belém e reforçou os efeitos do acordo firmado em agosto de 2021 entre as partes, no qual ficou definida a prorrogação do funcionamento do CPTR de Marituba até 31 de agosto de 2023. Portanto, os municípios têm até esta data para apresentarem solução definitiva do problema.

Partes envolvidas - Por meio de nota, a Prefeitura de Ananindeua informou à Redação Integrada de O Liberal que, na ocasião, se posicionou favorável à convergência ao interesse coletivo proposto conjuntamente para a construção de uma solução definitiva e ambientalmente correta. E ressaltou que "já vem desenvolvendo outras alternativas modernas, que devem ser adotadas caso não se concretize a execução da solução conjunta dos municípios da região metropolitana".

Em nota, a Guamá Tratamento de Resíduos, responsável pelas operações do aterro, informou que participou, na condição de convidada, da audiência solicitada pela Prefeitura de Belém, com o objetivo de apresentar os estudos elaborados para a Proposta de Manifestação de Interesse (PMI), pela própria administração municipal, para a gestão dos resíduos da capital.

"Em relação às operações da empresa no Aterro Sanitário de Marituba, a Guamá afirma que investe continuamente em engenharia e em soluções inovadoras para o gerenciamento de resíduos, contribuindo com o meio ambiente e a geração de renda na Região Metropolitana de Belém. Assim, a empresa reafirma o seu compromisso em continuar atendendo fielmente as normas técnicas ambientais e obedecendo ao prazo de 31 de agosto de 2023 para o encerramento do recebimento de resíduos no aterro sanitário, conforme estabelecido em acordo judicial".

A reportagem aguarda resposta da Prefeitura de Belém. O município de Marituba informou que não iria se manifestar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

NAUFRÁGIO

Comandante da embarcação é preso

Marcos de Souza Oliveira era considerado foragido e foi detido na casa do cunhado em Ananindeua. Segundo a Polícia, ele será ouvido e deve responder por homicídio doloso pela morte de ao menos 22 pessoas



INVESTIGAÇÃO

Trayce Melo

Policiais civis da Divisão de Repressão e Combate ao Crime Organizado (DRCO) prenderam, na tarde desta terça-feira (13), o comandante da lancha Dona Lourdes II, Marcos de Souza Oliveira, 34 anos, acusado como responsável pela embarcação que naufragou próximo a Ilha de Cotijuba, na última semana. A prisão ocorreu no início da tarde, em Ananindeua.

O contramestre não chegou a se apresentar na Delegacia Geral da Polícia Civil (PC), no bairro de Nazaré, na manhã de terça-feira (13), conforme havia prometido o advogado de defesa, Dorivaldo Belém. O acusado foi preso na casa do cunhado, na Av. Arterial 5-B, no Bairro da Cidade Nova VI, em Ananindeua. Segundo o Delegado Geral da Polícia Civil, Walter Resende, o comandante da embarcação era considerado foragido.

"Foi montada uma força-tarefa com todos os órgãos de Segurança do Estado com determinação de apurar o que realmente ocorreu e atribuir responsabilidade àquele que realmente participou para que esta tragédia ocorresse. O fato ocorreu no dia (08), imediatamente nós iniciamos as diligências e tentamos prender em flagrante a pessoa, que estava na embarcação e

que era o responsável pela embarcação. Mas o Marcos evadiu-se junto de seus familiares e no dia seguinte já pedimos a prisão preventiva dele já com vários depoimentos. Toda a conduta dele é contrária ao que deveria ter praticado, a embarcação estava irregular, era irregular e a rota era clandestina", conta o delegado.

Marcos foi apresentado na Delegacia-Geral da Polícia Civil do Pará, em Nazaré. O Delegado também aponta que o número de pessoas na embarcação ainda não se tem exato por se tratar de uma embarcação clandestina. "Já ouvimos mais de 40 pessoas que estavam na embarcação para ajudar nessa investigação", relata.

INDICIAMENTO

De acordo com o Walter Resende, o comandante da embarcação deve ser indiciado por homicídio doloso. "Ele será ouvido e deve responder por homicídio pelas mortes de ao menos 22 pessoas no naufrágio, omissão de socorro, exposição de perigo à transporte fluvial e, com o decorrer do depoimento dele, vamos entender o que ele vai nos esclarecer sobre toda a dinâmica do evento", esclarece o delegado. "Nenhuma resistência foi oferecida. Não podíamos invadir a residência, apesar de estarmos monitorando desde sábado. Tivemos a certeza que ele estaria lá quando o pai retornou com duas marmittas e isso nos deu respaldo para entrarmos na casa e prendê-lo", explicou Resende.

O Delegado e Diretor da DRCO, Evandro Araújo quem fez a apreensão do acusado contou que no momento que entraram na casa ele estava ajoelhado rezando. "Quando entramos na casa ele estava ajoelhado rezando e dizendo estar arrependido



Marcos não ofereceu resistência à prisão e já vinha sendo monitorado desde o último sábado pelo DRCO

pelo ocorrido", descreve o diretor da DRCO. "Desde o momento em que o ocorrido chegou ao nosso conhecimento, imediatamente começamos os nossos trabalhos de apuração dos fatos. Hoje, cinco dias após o acidente, anunciamos a prisão do apontado como responsá-

vel pela embarcação que teve como consequência essa tragédia. Ressalta-se que menos de 48 horas após o ocorrido, no dia 09, nós conseguimos juntar aos autos do inquérito elementos que convenceram o Ministério Público e o Poder Judiciário a decretar a prisão preven-

tiva, cumprida na tarde de hoje", informou Resende. Marcos de Souza Oliveira foi conduzido à unidade policial e, após os procedimentos de praxe, encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), onde está à disposição do Poder Judiciário.



Polícia Civil apresentou detalhes da operação para prender o acusado pelo naufrágio

“

Ele será ouvido e deve responder por homicídio pelas mortes de ao menos 22 pessoas no naufrágio, omissão de socorro, exposição de perigo à transporte fluvial e, com o decorrer do depoimento dele, vamos entender o que ele vai nos esclarecer sobre toda a dinâmica do evento”

Walter Resende, delegado geral da Polícia Civil

PARA ENTENDER

ATRAZÉDIA

• O naufrágio ocorreu na última quinta-feira, 8 de setembro. A embarcação Dona Lourdes II saiu de Cachoeira do Açu, no Marajó, em direção a Belém. Mas a lancha acabou naufragando próximo à Ilha de Cotijuba. Até o momento, 22 corpos foram encontrados e há 66 sobreviventes. As buscas por desaparecidos continuam. Ao menos uma criança continua desaparecida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mãe e irmã do piloto do barco prestam depoimentos

Wesley Costa

Na manhã de ontem (13), Meire Ferreira de Souza e Malu Souza Oliveira, mãe e irmã de Marcos de Souza Oliveira, respectivamente, prestaram depoimento à Polícia Civil do Pará (PC-PA) sobre a tragédia. Elas chegaram à sede da Delegacia Geral, em Belém, acompanhadas pelo advogado de defesa de Marcos, Dorivaldo Belém.

Antes de ser preso, Marcos também havia sido orientado a se apresentar voluntariamente às autoridades. Porém, mesmo após ter comunicado que com-

pareceria para esclarecer dúvidas sobre o acidente, o piloto acabou desistindo e disse que ainda estava bastante abalado e com medo de retaliações. "Ele se sente ameaçado de uma forma geral, achando que está todo mundo contra ele e que, também, já ouviu algumas besteiras e comentários em relação até a sua vida", contou Dorivaldo.

Questionado sobre uma possível penalidade a outras pessoas que possuem envolvimento com a embarcação, Dorivaldo Belém disse que "a empresa é de dona Meire, e ela também tem responsabilidade pelos

falecimentos. Agora, a irmã era apenas a dona da embarcação e que tinha autorização para navegar com a lancha, cedida à empresa de sua mãe, para fazer o trecho onde ocorreu o acidente", explicou.

O delegado-geral Walter Rezende, informou que os depoimentos irão ajudar a polícia nas investigações. "Estamos tomando esses depoimentos e juntando às diligências realizadas, para avaliar a extensão da responsabilidade criminal. Não descartamos ainda que mais familiares do suspeito sejam responsabilizados", disse.



Meire, que seria a dona do barco, e Malu, foram à delegacia acompanhadas do advogado
FOTO: RICARDO AMANAJÁS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Prefeitura de Belém pode reativar Aterro Sanitário do Aurá

LIXO

Luiz Flávio

A Prefeitura de Belém apresentou ontem, em audiência pública realizada na sede do Tribunal de Justiça do Estado (TJPA) os estudos de Viabilidade Técnica, Operacional, Ambiental, Econômico-Financeira e Jurídica referente aos Serviços de Limpeza Urbana e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Belém. A audiência foi presidida pelo desembargador Luiz Gonzaga Neto, da 2ª Turma de Direito Público do Tribunal. A proposta prevê a reativação parcial do antigo Aterro do Aurá, em Ananindeua, como alternativa para o depósito dos resíduos da região metropolitana, mas a decisão final, que é polêmica, depende de acordo com as prefeituras de Ananindeua e Marituba e da própria Justiça.

O procurador Waldir Macieira, que representou o Ministério Público do Estado na audiência, manifestou surpresa com a sugestão da Prefeitura de Belém, que, segundo ele, não definiu o projeto de um novo aterro, e muito menos um novo local, restringindo-se a mostrar estudos que fundamentam a opção da empresa em pactuar uma parceria público privada, bem como a elaboração de edital para esta finalidade.

Um dos pontos que causa preocupação ao MPPA é que a Prefeitura de Belém apresenta na proposta

um cronograma que prevê a instalação do novo aterro somente em três anos, fato que resultaria no descumprimento do acordo vigente (que determinou o dia 31 de agosto de 2023 para encerramento das atividades do Aterro de Marituba). No entendimento do MPPA tal fato pode revelar a intenção do Município em prorrogar o prazo de utilização e a destinação de resíduos ao aterro de Marituba que, segundo o procurador, não possui mais condições de extensão de prazo por força do acordo judicialmente homologado e das análises técnicas contidas nos autos.

SEM SOLUÇÕES

O procurador criticou ainda a ausência de apresentação de soluções por parte dos municípios de Marituba e Ananindeua. A promotora de Marituba Eliane Moreira informou na audiência que

está em finalização a redação de ação judicial em face de Marituba, em razão do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 2013 sobre resíduos sólidos. Em face do Município de Belém, o Ministério Público já ingressou com execução judicial para o cumprimento do referido TAC desde 2019.

Waldir Macieira, que representa o MPPA no 2º grau no se opôs a nova prorrogação e alertou que mais uma vez os municípios parecem criar uma "situação de pressão" sobre o Judiciário para o não cumprimento do acordo. O desembargador Luiz Neto ressaltou que não ocorrerá prorrogação "em hipótese alguma", e que até 31 de outubro decidirá sobre os pedidos e recursos impetrados pelas partes, inclusive os apresentados nos autos pelo Ministério Público.



A proposta foi apresentada durante audiência pública no TJPA. FOTO: DIVULGAÇÃO

Plano prevê geração de energia elétrica

A proposta encomendada pelo Município de Belém foi apresentada por um consórcio de empresas lideradas pela Promulti, por meio do engenheiro Artur Oliveira. O estudo, que levou em conta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, prevê parceria com a iniciativa privada e a implantação de um aterro bioenergético com a possibilidade de geração de energia elétrica; com Central de Tratamento de Resíduos; Modernização da Coleta e dos Sistema de Tratamento, além de a criação de Ecopontos e da implantação de programa de Educação Ambiental. A proposta inclui o encerramento e recuperação ambiental do antigo espaço do Aurá e integração de cooperativas pela implantação de ações do Plano de Coleta Seletiva do Município de Belém. Segundo o engenheiro, a proposta prevê abertura de edital de licitação, que,

segundo informou, está nos seus ajustes finais e deverá ser lançado ainda este ano. Além disso, os representantes das demais prefeituras e do MPPA tiveram a oportunidade de se manifestar na audiência. A proposta ainda deverá ser ajustada com sugestões debatidas em outra audiência, realizada no final de agosto.

CONCILIAÇÃO

O desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, relator de processos acerca da matéria e que vem conduzindo audiências de conciliação entre as partes há mais de três anos, reforçou os efeitos do acordo firmado em agosto de 2021 entre as partes, no qual ficou definida a prorrogação do funcionamento do CPTR de Marituba até 31 de agosto de 2023 e que os municípios têm até esta data para apresentarem a solução do problema em definitivo. Também participaram da audiência representantes das prefeituras de Ananindeua e Marituba, da empresa Guamá Tratamento de Resíduos

e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Em nota, a Guamá Tratamento de Resíduos informou que participou da audiência, na condição de convidada e que, por essa razão, "participou apenas como ouvinte da referida audiência".

INVESTIMENTOS

OPERAÇÕES

• Em relação às operações da empresa no Aterro Sanitário de Marituba, a Guamá afirmou que "investe continuamente em engenharia e em soluções inovadoras para o gerenciamento de resíduos, contribuindo com o meio ambiente e a geração de renda na Região Metropolitana de Belém".

• A empresa reiterou ainda seu compromisso "em continuar atendendo fielmente as normas técnicas ambientais e obedecendo ao prazo de 31 de agosto de 2023 para o encerramento da operação do aterro sanitário, estabelecido em acordo judicial".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM BELÉM BALEADO INVADE HOSPITAL E MORRE

A Polícia Civil investiga as circunstâncias em que a vítima foi baleada. Ela morreu após procurar ajuda num hospital particular

VIOLÊNCIA

J R Avelar

As versões contadas sobre um homicídio ocorrido na noite de segunda-feira (12), na ligação entre os bairros do Umarizal e Reduto, em Belém, devem ser investigadas pela Polícia Civil.

O DIÁRIO vai se basear primeiro nos levantamentos de uma equipe da Polícia Militar do 2º Batalhão, sob o comando do tenente Kepler, cabo Natã e soldado Orlando, que foi acionada via Ciop para averiguar um possível roubo em hospital particular localizado na Doca.

No local foi averiguado que um homem baleado entrou correndo, pedindo socorro. No levantamento de informações, algumas testemunhas narraram que um homem identificado como Guilherme Henrique Menegon Marques vinha andando na avenida Doca de Souza Franco quando um veículo vermelho parou ao seu lado e logo iniciou-se uma discussão.

Na sequência dos fatos, um homem teria descido do veículo vermelho e efetuado um disparo contra a vítima, que correu para o hospital particular em busca de socorro, enquanto o veículo suspeito empreendeu fuga.

Ainda na coleta de informações, uma mulher identificada como Rosa Paula de Oliveira se apresentou como esposa da ví-



Segundo a PM, Guilherme Henrique tinha mandado de prisão em aberto
FOTOS: DIVULGAÇÃO

tima, e informou que seu marido, Guilherme Marques, a havia deixado no hospital particular e teria ido estacionar seu veículo para ficar lhe aguardando na esquina da avenida Doca de Souza Franco com a Municipalidade.

Segundo Rosa, o carro em questão não foi encontrado e repassado como o veículo envolvido no homicídio. Apesar do informado pela esposa da vítima, todas as testemunhas do fato são categóricas em afirmar que Guilherme Henrique vinha andando e o veículo vermelho parou ao seu lado, não se sabendo se o crime foi produto de um assalto ou outra situação.

Já a Polícia Civil, que assumiu as investigações, tem levantamentos que apontam que Guilherme teria deixado a companhia em uma unidade de saúde e foi estacionar o veículo, quando foi alvejado por disparos de arma de fogo, tendo o veículo e o celular roubados.

Ainda com relação a Guilherme Henrique Menegon Marques, a Polícia Militar informou que o mesmo tinha mandado de prisão em aberto desde dia 28/07/2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FLAGRANTE EM ABAETETUBA FACCIONADOS CAEM PRESOS

Policiais chegaram na dupla após abordarem um rapaz que havia comprado droga. Em uma residência foram encontradas e apreendidas porções de maconha, munições e vestimentas militares



Marcos dos Santos e Edson Pablo foram presos e estão à disposição da Justiça
FOTOS: DIVULGAÇÃO

SEGURANÇA

J R Avelar

Dois faccionados foram presos em flagrante delito pelo crime de tráfico de

drogas, associação ao tráfico e posse ilegal de munição, durante uma ação envolvendo policiais civis da Superintendência Regional do Baixo Tocantins, através da delegacia de Polícia Civil de Abaetetuba, vinculada à Diretoria de Polícia do Interior.

Segundo as informações, na sexta-feira (09), durante diligências na rua Dom Oscar Romero, no Bairro Mutirão, em Abaetetuba, uma equipe de policiais civis realizava levantamento sobre o tráfico de drogas na cidade, cumprindo uma ordem de missão determinada

pelo superintendente do Baixo Tocantins, quando abordaram Roosevelt Santos Farias.

Durante a revista pessoal foram encontradas no bolso dele duas porções de maconha, que revelou ter comprado de Marcos dos Santos Carvalho Filho, conhecido por Marqui-

nho, pelo valor de R\$ 20,00, sendo R\$ 10,00 cada porção de maconha.

Diante da situação flagrancial e da justa causa, os policiais entraram na residência apontada por Roosevelt, onde encontraram Marcos dos Santos Carvalho Filho com Edson Pablo Baia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Rodrigues, conhecido por "Playboy" ou "Cabeção", o qual trazia no seu bolso uma porção de cocaína e um aparelho celular. No local também foi encontrada uma Honda Biz 125.

Realizada uma busca na casa foram apreendidas duas porções de maconha, pesando aproximadamente 177 gramas, cinco munições intactas de calibre 38, e a quantia de R\$ 890,00, em cédulas miúdas, e uma balança de precisão pequena.

Marcos que revelou aos policiais que a droga encontrada no bolso de Edson Pablo iria ser vendida para ele. Diante das informações, os policiais foram à casa de Edson Pablo, no bairro do Mutirão. Lá, os policiais civis apreenderam o valor de R\$ 2.000,00 em cédulas de 10, 20 e 50 reais, uma balança média de precisão, sete porções de maconha, pesando aproximadamente 1.244 gramas, e um caderno roto de 96 folhas, contendo o balanço financeiro do tráfico.

Chamou atenção que foram encontradas 220 munições calibre Ponto 40, marca CBC intactas, de uso exclusivo das forças de segurança, bem como três pares de calça e camisa manga longa militares, e três pares de botas táticas militares. As munições estavam enterradas no quintal.

Marcos dos Santos Carvalho Filho já foi preso, sendo conhecido por ser disciplina de uma facção, e Edson Pablo seria também integrante do mesmo grupo, que sofreu prejuízos financeiros com as prisões e apreensões.

Edson Pablo e Marcos dos Santos foram autuados em flagrante e já se encontram à disposição da Justiça na carceragem da Polícia Civil de Abaetetuba.



SUA OPINIÃO
opinao@diarioonline.com.br
Você gostaria de comentar?
www.diarioonline.com.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**QUARTA-FEIRA****POLICIAIS REALIZAM
PRISÃO E APREENSÃO**
PÁGINAS 6 E 7

Diário do Pará

POLÍCIA**HOMEM É FLAGRADO ROUBANDO EM DELEGACIA**

Rosivan estava furtando cabos e fios que permitem o uso de internet pela Polícia Civil
FOTO: DIVULGAÇÃO

BARCARENA**J R Avelar**

Aquele ditado que, ao se referir a um corajoso, diz que “tem coragem de mamar em onça”, pode ser aplicado a Rosivan Costa da Silva, preso pela Polícia Civil de Barcare-

na, depois de ser flagrado furtando dentro de uma delegacia do órgão.

Segundo as informações, a Polícia Civil do Pará, por intermédio da Delegacia de Barcarena, realizou a prisão em flagrante de Rosivan Costa da Silva, em razão do cometimento dos crimes de furto tentado, combinado com dano qualificado contra o patrimônio do Estado.

Rosivan foi encontrado tentando furtar cabos e fios da base da Prodepa, a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Pará, responsável pela comunicação de dados localizada dentro do prédio da antiga Delegacia de Barcarena.

O preso estava na posse de uma pá e uma faca e, no momento da prisão, já havia cortado o cabeamento do fio terra e

cavava para puxar os fios. Importante destacar que na base da Prodepa estão o servidor e os equipamentos de informática responsáveis pela internet utilizada nas delegacias de Barcarena, de modo que esta prática criminosa prejudica muito o andamento do trabalho policial.

Ainda segundo os informes, no final do mês de agosto o órgão ficou quatro dias sem ac-

cesso à internet por causa da subtração dos equipamentos de informática e fios na referida base, após um furto.

A Polícia Civil acredita que Rosivan Costa da Silva pode ser o mesmo ladrão que deu o prejuízo no final do mês que passou, e que teria voltado sabendo que os fios teriam sido recolocados. A prisão em flagrante evitou que situação semelhante se repetisse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Audiência debate soluções para aterro sanitário de Marituba

Prefeitura de Belém apresentou estudo de viabilidade técnica prevendo parceria com a iniciativa privada e implantação de um aterro bioenergético

O Liberal

13.09.22 22h49



Destinação final do lixo de municípios da Grande Belém foi debatida em audiência judicial (Foto: Ascom / MPPA)

Uma **audiência judicial** debateu, nesta terça-feira (13), as soluções para o **aterro sanitário de Marituba**, que atualmente recebe resíduos da capital e dos municípios de **Ananindeua e Marituba**. Na oportunidade, a **Prefeitura de**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Belém apresentou estudo de viabilidade técnica, prevendo parceria com a iniciativa privada e a implantação de um aterro bioenergético com a possibilidade de geração de energia elétrica.

A audiência foi realizada na sede do **Tribunal de Justiça do Estado**, com a presença do **desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto**, da 2ª Turma de Direito Público do TJPA, além de representantes das três administrações municipais, bem como do **Ministério Público do Estado (MPPA)** e da empresa **Guamá Tratamento de Resíduos**.

O estudo apresentado pela **Prefeitura de Belém** traz ainda propostas na área operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídica referente aos serviços de limpeza urbana e de gerenciamento de resíduos sólidos da capital. O estudo, que levou em conta os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, estabelecidos pela **Organização das Nações Unidas** na Agenda 2030, prevê também a instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos, modernização da coleta e do sistema de tratamento, além de a criação de ecopontos e implantação de programa de Educação Ambiental.

A proposta encomendada pela **Prefeitura de Belém** - que ainda deverá receber ajustes a partir de sugestões debatidas em audiência anterior realizada no final de agosto - foi apresentada por um consórcio de empresas lideradas pela **Promulti**, por meio do engenheiro Artur Oliveira.

Segundo o TJPA, está incluído no estudo o encerramento e recuperação ambiental do antigo espaço do Aurá e integração de cooperativas por meio da implantação do Plano de Coleta Seletiva do Município de Belém. De acordo com o engenheiro, a proposta prevê abertura de edital de licitação, que está na fase de ajustes finais e deverá ser lançado ainda este ano. Representantes das outras duas prefeituras e do MPPA tiveram a oportunidade se manifestar durante a audiência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA criticou proposta apresentada

Segundo o **Ministério Público do Estado do Pará**, o estudo não “definiu o projeto de um novo aterro, e muito menos um novo local”. “A proposta foi apresentada por consórcio de empresas lideradas pela **Promulti**, que inclusive nesta apresentação chegou a cogitar da reutilização da área do **Aurá**, em Belém, como alternativa para o depósito dos resíduos da Região Metropolitana de Belém”, diz o texto divulgado pelo MP.

Segundo o órgão, a proposta traz um cronograma que prevê a instalação do novo aterro somente em três anos, “fato que resultaria no descumprimento do acordo vigente, que determinou o dia 31 de agosto de 2023 para encerramento das atividades do **aterro de Marituba**”. Outro ponto de preocupação do MP é a ausência de apresentação de propostas e soluções por parte dos municípios de **Marituba e Ananindeua**.

O **procurador de Justiça Waldir Macieira**, que representa o MPPA no segundo grau no referido processo, se opôs à nova prorrogação e alertou que, mais uma vez, “os municípios parecem criar uma situação de pressão sobre o Judiciário para o não cumprimento do acordo”. Já a **promotora de Marituba, Eliane Moreira**, lembrou **recente parecer técnico emitido pelo Instituto Evandro Chagas**, que indentificou um ponto com possível contaminação com produtos tóxicos, como benzeno, mercúrio e arsênico, próximo da área do entorno do Aterro Sanitário de Marituba.

Audiências já se estendem há três anos

O desembargador **Luiz Gonzaga da Costa Neto**, relator de processos acerca da matéria e que vem conduzindo audiências de conciliação entre as partes há mais de três anos, acompanhou a apresentação da proposta pela **Prefeitura de Belém** e reforçou os efeitos do acordo firmado em agosto de 2021 entre as partes, no qual ficou definida a prorrogação do funcionamento do CPTR de Marituba até 31 de agosto de 2023. Portanto, os municípios têm até esta data para apresentarem a solução do problema em definitivo.

Partes envolvidas - Por meio de nota, a **Prefeitura de Ananindeua** informou à Redação Integrada de **O Liberal** que, na ocasião, se posicionou favorável à convergência ao interesse coletivo proposto conjuntamente para a construção de uma solução definitiva e ambientalmente correta. E ressaltou que “já vem desenvolvendo outras alternativas modernas, que devem ser adotadas caso não se concretize a execução da solução conjunta dos municípios da região metropolitana”.

Em nota, a **Guamá Tratamento de Resíduos**, responsável pelas operações do aterro, informou que participou, na condição de convidada, da audiência solicitada pela **Prefeitura de Belém**, com o objetivo de apresentar os estudos elaborados para a **Proposta de Manifestação de Interesse (PMI)**, pela própria administração municipal, para a gestão dos resíduos da capital. Segundo a empresa, por estar na condição de convidada, participou apenas como ouvinte da referida audiência.

“Em relação às operações da empresa no **Aterro Sanitário de Marituba**, a Guamá afirma que investe continuamente em engenharia e em soluções inovadoras para o gerenciamento de resíduos, contribuindo com o meio ambiente e a geração de renda na Região Metropolitana de Belém. Assim, a empresa reitera o seu compromisso em continuar atendendo fielmente as normas técnicas ambientais e obedecendo ao prazo de 31 de agosto de 2023 para o encerramento do recebimento de resíduos no aterro sanitário, conforme estabelecido em acordo judicial.

A reportagem aguarda resposta da Prefeitura de Belém. O Município de Marituba informou que não iria se manifestar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Três homens são presos por estupro em menos de 24h no Marajó

Prisões foram realizadas entre segunda, 12, e terça-feira, 13. Todas as vítimas são menores de idade

O Liberal

13.09.22 15h06



Imagem ilustrativa (Reprodução / Internet)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Dois homens foram [presos por estupro](#) e outro por [tentativa de estupro](#) em um intervalo de **menos de 24 horas** no município de **Breves**, no **Arquipélago do Marajó**. Os crimes são distintos, mas têm em comum o fato de **todas as**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

vítimas serem menores de idade: 11, 13 e 17 anos. As prisões foram realizadas entre a última **segunda, 12,** e esta **terça-feira, 13.**

Em respeito ao **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, os nomes de todos os envolvidos nos crimes serão suprimidos nesta matéria, de modo a colaborar com a **preservação da identidade das vítimas.**

Preso por estuprar cunhada de 11 anos

Um dos suspeitos foi denunciado no dia **22 de agosto** por **violência doméstica.** A denúncia foi feita pela **ex-companheira** que alegou que o homem tinha **porte de arma de fogo**, com a qual teria feito um **disparo**, além de **ameaças.** Na ocasião da denúncia, a mulher estava acompanhada dos irmãos, uma **menina de 11 anos** e um **menino de 14.** Durante o atendimento, **os menores aproveitaram a oportunidade para delatar o caso de estupro**, conforme detalha a delegada Maria Alexia:

“Houve a violência doméstica contra a companheira do suspeito e ela, ao denunciar, trouxe como testemunhas a irmã, de 11 anos, e o irmão, de 14 anos. Na delegacia, eles acabaram se sentindo confiantes de relatar que **essa menina de 11 anos estava sendo diuturnamente estuprada por este cunhado.** Ele ameaçava muito os dois, tanto a menina quanto o adolescente de 14. Ele, inclusive, era **coagido a levar a criança até o abusador**”, conta.

A delegada explica que os **menores eram vítimas de intensa violência psicológica** por parte do suspeito e que **elas acreditavam que, se denunciassem, morreriam.** Entretanto, conseguiram expor o sofrimento na delegacia. **“O acusado, agora, encontra-se preso e vai responder tanto pela violência doméstica quanto pelo porte de arma de fogo e por ter estuprado essa criança de 11 anos”**, declara Maria Alexia.

Crime no rio

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Outro crime aconteceu nas águas do **Rio Guajará**, quando os **dois suspeitos**, em uma **rabeta**, emboscaram **duas irmãs**, uma de **13** e outra de **17** anos de idade, que navegavam em uma **embarcação** menor, conhecida popularmente como **cascalho**. Um dos homens chegou a consumir o **estupro contra a dolescente de 17 anos**. O outro apenas tentou violentar a menor de 13 anos, mas esta conseguiu escapar.

“Esse acusado de estupro é uma pessoa que já tem passagem por **furto qualificado, roubo qualificado e homicídio**, casos todos aqui do **Marajó Ocidental**. Pelo roubo e furto ele já foi **condenado**, mas pelo homicídio ele ainda está respondendo. Agora ele também **vai responder por estupro qualificado**, que é quando a **vítima tem entre 14 e 18 anos**. Houve, por parte do segundo acusado que estava no barco, que ele tentou estuprar a outra irmã, de 13 anos, por essa razão, **ele vai responder por tentativa de estupro de vulnerável**”, explica a delegada

O caso das duas irmãs chegou ao conhecimento da **Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Mulher (Deam)** e da **Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca)** por meio do **Conselho Tutelar de Breves**. Tanto neste caso, quanto no primeiro, da vítima de 11 anos, os **mandados de prisão foram cumpridos pelas duas delegacias em ação integrada**.

Para a delegada Maria Alexia, o cumprimento do mandado de prisão é uma **forma de as vítimas se sentirem mais seguras**: “Quando as vítimas moram no centro urbano de Breves, elas são encaminhadas para o Centro de Atenção Psicossocial, o Caps. Acontece que, nesses casos, quando elas são de comunidades **ribeirinhas**, **elas acabam voltando para casa**. O que a gente pode fazer, então, é **segregar cautelarmente esses homens** para que as **vítimas possam viver minimamente em paz** durante o resto do processo”, conclui a delegada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Naufrágio na Ilha de Cotijuba: comandante da lancha estava foragido desde sexta-feira (9)

A informação ainda não havia sido concedida aos veículos de comunicação para não comprometer a prisão do suspeito, disse o titular da PC durante coletiva de imprensa



Fabyo Cruz

13.09.22 19h05

Marcos de Souza Oliveira, comandante da embarcação "Dona Lourdes II", que naufragou na última quinta-feira (8), próximo à Ilha de Cotijuba, área insular de Belém, era considerado foragido desde sexta-feira (9), segundo informou o delegado-geral da Polícia Civil (PC), Walter Resende. A informação ainda não havia sido concedida aos veículos de comunicação para não comprometer a prisão do suspeito, disse o titular da PC durante coletiva de imprensa.

“Com certeza essa também foi uma estratégia da segurança pública. Com o passar do tempo, ele [Marcos] ainda não havia sido localizado, então esperamos para fazer a prisão com os elementos consistentes que foram deferidos pelo Poder Judiciário”, afirmou o delegado-geral Walter Resende.

Matéria em atualização. Acompanhe para mais informações.



Francês acusado de assédio em academia será julgado em Belém
Paul Marie Caruana é acusado de importunação sexual após assediar uma advogada enquanto ela fazia exercícios em academia de Belém.

terça-feira, 13/09/2022, 19:26 - Atualizado em 13/09/2022, 20:12 - Autor: **Com informações da assessoria**



Paul Marie Caruana será julgado nesta quinta (15) por assédio cometido em academia de Belém | Divulgação

[Ouça esta reportagem](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O crime de importunação sexual, definido pela Lei nº 13.718/18, é caracterizado pela realização de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de “satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

Paul Marie Caruana, francês naturalizado brasileiro, está sendo acusado de assediar sexualmente a advogada Vivianne Saraiva, em 2020, enquanto ela fazia exercícios em uma academia, no bairro Batista Campos, em Belém.

O julgamento ocorrerá nesta quinta-feira (15) às 10h, na 3ª Vara do Fórum Criminal de Belém.

Na época, Paul foi preso em flagrante por policiais militares dentro do estabelecimento onde o assédio ocorreu e, em seguida, foi encaminhado ao sistema penal.

De acordo com uma testemunha, eram por volta das 10h, quando a vítima fazia exercícios de abdominal, deitada em um colchonete. Neste momento, o acusado se aproximou de Vivianne, impulsionou seu quadril para frente, colocou o pênis na direção da advogada e disse: “Sua gostosa. Ainda vou te pegar”.

A vítima, então, se levantou imediatamente e procurou ajuda policial e administrativa da academia. As câmeras de monitoramento do local registraram todo o ocorrido, conforme consta na acusação.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) denunciou o homem pela prática do crime de importunação sexual e pediu a condenação dele para que sofra uma punição de cinco anos de reclusão.

Após esse caso, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) aprovou um projeto de autoria da deputada Marinor Brito e sancionada pelo governador Helder Barbalho prevendo políticas de combate aos assédios contra as mulheres dentro de academias.

A Lei nº 9.637, de 27 de junho de 2022 dispõe sobre a obrigação de academias, estabelecimentos prestadores de atividade física e afins a adotarem medidas de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco ou venha a sofrer assédio e/ou importunação sexual em suas dependências.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Belém tem proposta para novo aterro sanitário

Aterro em Marituba será desativado em agosto de 2023 e municípios terão que ver outro local para destinar o lixo

terça-feira, 13/09/2022, 17:09 - Atualizado em 13/09/2022, 17:29 - Autor: **DOL**, com informações **TJPA**



TJPA sediou audiência sobre novo aterro sanitário da RMB. | (Foto: Ricardo Lima/TJPA)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ouçá esta reportagem

Durante audiência presidida pelo desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, da 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), na manhã desta terça-feira (13), na sede do órgão colegiado, na Avenida Almirante Barroso, na capital do estado, foi apresentada uma proposta encomendada pelo Município de Belém para a instalação de um novo aterro sanitário que atenderá os municípios da região metropolitana.

A proposta, que ainda deverá receber ajustes após sugestões debatidas em outra audiência, realizada no final de agosto, foi elaborada e apresentada por um consórcio de empresas lideradas pela Promulti, por intermédio do engenheiro Artur Oliveira.

Na reunião, que contou com a presença de representantes dos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, além de Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e da empresa Guamá Tratamento de Resíduos, a Prefeitura de Belém também apresentou os Estudos de Viabilidade Técnica, Operacional, Ambiental, Econômico-Financeira e Jurídica referente aos Serviços de Limpeza Urbana e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Belém.

O estudo, que levou em conta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas na Agenda 2030, prevê parceria com a iniciativa privada e a implantação de um aterro bioenergético com a possibilidade de geração de energia elétrica; com Central de Tratamento de Resíduos; Modernização da Coleta e dos Sistema de Tratamento, além de a criação de Ecopontos e da implantação de programa de Educação Ambiental.

A proposta também inclui encerramento e recuperação ambiental do antigo espaço do Aurá e integração de cooperativas pela implantação das ações do Plano de Coleta Seletiva do Município de Belém.

De acordo com o engenheiro Arthur Oliveira, a proposta prevê abertura de edital de licitação, que, segundo informou, está nos seus ajustes finais e deverá ser

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

lançado ainda este ano. Além disso, os representantes das demais prefeituras e do MPPA tiveram a oportunidade se manifestar durante a audiência.

O desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, relator de processos acerca da matéria e que vem conduzindo audiências de conciliação entre as partes há mais de três anos, acompanhou a apresentação da proposta pela Prefeitura de Belém e reforçou que os efeitos do acordo firmado em agosto de 2021 entre as partes, no qual ficou definida a prorrogação do funcionamento do CPTR de Marituba até 31 de agosto de 2023. Portanto, os municípios têm até esta data para apresentarem a solução do problema em definitivo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Audiência debate soluções para aterro sanitário de Marituba

- [POR ROMA NEWS](#)
- | [14 DE SET DE 2022,](#)
- 08:47



Nesta terça-feira, 13, uma audiência judicial debateu soluções e propostas para o aterro sanitário de Marituba, na Região Metropolitana de Belém. A reunião foi realizada na sede do TJPA, com representantes dos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, do Ministério Público do Pará e da empresa de tratamento de resíduos.

Na ocasião, a prefeitura de Belém apresentou estudos de viabilidade técnica, operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídica referente aos serviços de limpeza urbana e de gerenciamento de resíduos sólidos de Belém. A proposta apresentada pela prefeitura ainda deverá passar por ajustes a partir de sugestões debatidas em reunião realizada no final de agosto, a proposta foi apresentada por um consórcio de empresas lideradas pela Promulti.

O Desembargador Luiz Neto ressaltou neste ato que não ocorrerá prorrogação para cumprimento de acordo, e que inclusive até 31 de outubro decidirá sobre

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

os pedidos e recursos impetrados pelas partes, inclusive os apresentados nos autos pelo Ministério Público.

A Promotora de Marituba Eliane Moreira também ressaltou que em recente parecer técnico emitido pelo IEC foram identificadas a contaminação de águas na área do entorno do Aterro Sanitário de Marituba com produtos altamente tóxicos como benzeno, mercúrio e arsênico e que além disto nem uma das prefeituras apresentou o laudo técnico necessário que comprovem que só remetem resíduos classe II e que entende que por esta razão as atividades da empresa já deveriam inclusive ser imediatamente suspensas.

Com informações Ascom MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PRF prende homem com mandado em aberto por estelionato durante fiscalização em Santarém

A ação aconteceu no km 995 da rodovia federal, por volta das 09h30 desta quarta (14).

Por Alan Martins, g1 Santarém e região — PA

14/09/2022 11h18 - Atualizado há 53 minutos



PRF prende homem com mandado de prisão em aberto por estelionato durante fiscalização no km 995 da BR-163. — Foto: PRF

Durante fiscalizações de rotina na BR-163 em [Santarém](#), oeste do Pará, um homem com mandado de prisão em aberto foi capturado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na manhã desta quarta-feira (14). A ação aconteceu no km 995 da BR-163, por volta das 09h30.

Segundo informações da PRF, durante a abordagem os agentes realizaram a fiscalização e verificação veicular e foi constatado que o condutor tinha um mandado de prisão em aberto durante a consulta do nome no sistema.

O homem responde pelo crime de estelionato. O mandado de prisão foi expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

O detido foi encaminhado para a 16ª Seccional da Polícia Civil do Estado do Pará para procedimentos cabíveis onde deve permanecer à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br